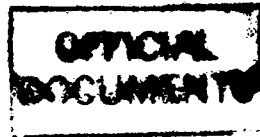




Estado do Piauí  
Palácio de Karnak  
Gabinete do Governador



W 8567-132

Teresina (PI), 26 de outubro de 2015.

Mr. JIM YONG KIM  
President  
The World Bank  
Washington, DC

**Ref.: LETTER OF DEVELOPMENT POLICY**

Prezado Sr. Kim,

Esta carta apresenta o Programa *Piauí: Inclusão Social e Produtiva*, implementado pelo Governo do Estado do Piauí, que está estruturado em torno de três grandes componentes: 1. Expansão da cobertura dos serviços públicos associados à inclusão social, 2. Expansão da cobertura dos serviços públicos associados à inclusão produtiva e 3. Fortalecimento e modernização da gestão pública estadual com foco no monitoramento, igualdade de gêneros e controle social. Para tanto, pretendemos contar com o apoio do Banco Mundial através de operação de crédito que apoiará políticas públicas nas áreas acima referidas.

Acreditamos que as políticas definidas neste Programa, para as quais solicitamos o decisivo apoio do Banco Mundial, são fundamentais para o avanço e a consolidação do desenvolvimento do Piauí, articulando o crescimento da produção e da produtividade com a inclusão social, participação e controle social.

**Estratégia de Desenvolvimento Sustentável de Médio Prazo**

Nos últimos anos, vem crescendo entre os mais diversos setores da sociedade e no âmbito governamental, a consciência de que é preciso construir e consolidar um programa de mudança estrutural do Piauí que mobilize o maior número possível de cidadãos para a discussão, a pactuação e o comprometimento com ações que se articulem para a melhoria continuada e sustentável das condições de vida dos piauienses, em especial os mais pobres. Nesse sentido, as diversas iniciativas de políticas públicas tem sido pensadas como parte deste grande esforço de desenvolvimento.

O indicador atual de referência no quesito desenvolvimento, e que expressa uma concepção mais ampla deste processo, é o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). As perspectivas são promissoras, embora os desafios sejam imensos. No período entre 1991 e 2010, o IDHM do Piauí saiu de 0,362 (muito baixo) para 0,646 (médio). Se nessa década for mantido o mesmo ritmo de crescimento, o Piauí chegará a 2020 com um IDHM de 0,850, atingindo o nível considerado muito alto. Essa é a meta-síntese que o governo estadual está estabelecendo e para a qual está convocando toda a sociedade.

Nesse sentido, o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, em fase final de elaboração,<sup>1</sup> se situa na estratégia Piauí-2022 (ano do bicentenário da Independência do Brasil). Os quase

<sup>1</sup> O processo participativo de elaboração do PPA no estado do Piauí envolveu 1.751 participantes diretos, num total de 39 oficinas, envolvendo técnicos do estado e de instituições federais e municipais e representantes da sociedade civil organizada de todos os segmentos. Dos 224 municípios do estado, 173 enviaram representações para as plenárias, sendo 87 vereadores, 72 prefeitos, 120 vice prefeitos e 868 representantes da sociedade civil. Nas oficinas setoriais, realizadas em Teresina, participaram: 73 órgãos do governo estadual, 23 do governo federal e 14 instituições da sociedade civil. Além disso, a população contará com blog para suas observações, contribuições e críticas.



**Estado do Piauí**  
**Palácio de Karnak**  
**Gabinete do Governador**

100 programas, nas diferentes áreas de atuação do Estado, se organizam em torno de quatro diretrizes: 1) Promover o desenvolvimento humano com ênfase na educação, saúde e segurança, 2) Diversificar o desenvolvimento econômico com inclusão social e sustentabilidade, 3) Priorizar investimentos na infraestrutura necessária ao desenvolvimento territorial sustentável, 4) Adotar uma gestão eficiente com transparência e controle social para melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Por fim, cabe ressaltar que todas as ações que integram o Programa Piauí: Inclusão Social e Produtiva, ora apresentado ao Banco Mundial, integram o PPA 2016-2019, que em sua elaboração obedeceu a uma estratégia que contempla a participação da sociedade civil e dos órgãos governamentais. Para cumprir este formato a sua elaboração foi efetivada em três etapas: a primeira com os órgãos públicos, através da realização das oficinas setoriais; a segunda etapa contou com as oficinas territoriais nos 11 territórios de desenvolvimento do Estado cuja finalidade foi validar as deliberações dos órgãos setoriais e incorporar o leque de ações entendidas como prioritárias nos territórios; a terceira etapa consistiu na consolidação das contribuições dos territórios e dos órgãos públicos para a elaboração final do documento que será encaminhado para a Assembléia Legislativa do Estado para análise e posterior aprovação.

### **Avanços na Inclusão Social e Desafios na Integração Econômica**

Nos últimos doze anos, o Piauí tem mantido um crescimento do PIB acima da taxa de crescimento nacional. Entre os anos de 2002 e 2012, segundo o IBGE, o PIB do Estado teve um crescimento de aproximadamente 350%, quando saiu de R\$ 7.4 bilhões em 2002 para R\$ 25,7 bilhões em 2012. As projeções para o ano de 2015, segundo a LDO 2015 nº 6576, colocam o PIB piauiense na casa dos R\$ 33 bilhões. Em termos de comparação, o PIB nacional teve crescimento no mesmo período em torno de 297%.

Outra medida relevante para avaliar o processo de desenvolvimento e inclusão social levado a efeito no Estado é o PIB per capita. Entre 2002 e 2012, houve uma mudança deste quesito. Se em 2002 o PIB per capita do Piauí representava 30,4% do PIB per capita nacional, em 2012 passou a significar 35,9%, sendo a 5ª maior variação positiva entre as unidades da Federação. Em termos absolutos, o valor da renda per capita do Estado variou 3,2 vezes, acima da variação nacional, que foi de 2,7 vezes, segundo dados do IBGE/Contas Regionais - 2012. Mesmo com os avanços conquistados, em 2012 o PIB per capita piauiense era de R\$ 8.138,00, valor que o colocava como o menor entre todos os Estados. Esta tendência manteve-se nos anos subseqüentes, embora em ritmo tendencialmente menor, considerando as dificuldades econômicas que o país enfrenta.

Um ambiente econômico externo favorável contribuiu para que a opção por uma política pública de redução das desigualdades e combate à pobreza se tornasse viável, com repercussões favoráveis para o Piauí. O aumento da renda, reforçado pelo acesso ao crédito, estimulou o consumo e dinamizou o comércio e, em parte, a própria produção. Por outro lado, a descentralização e interiorização de serviços e de investimentos públicos – com destaque para as políticas educacional, agrícola e habitacional - deu impulso e maior consistência ao novo modelo de crescimento. Cabe assinalar que a sintonia dos governos estaduais com as políticas federais garantiu maior eficácia ao processo.

No entanto, o crescimento se baseou sobretudo nas políticas de transferência de renda, com ênfase nas ações do Programa Bolsa Família - PBF. O PBF, segundo dados de 2015 da Matriz de Informação Social do MDS beneficia atualmente 448.217 famílias e seus benefícios somaram, até o momento, R\$ 429.488.714,00, o que corresponde a aproximadamente 2,0% do PIB estadual. A previdência social é um dos principais



**Estado do Piauí**  
**Palácio de Karnak**  
**Gabinete do Governador**

mecanismos de transferência de renda: as pensões e aposentadorias pelo INSS somavam R\$ 3,3 bilhões em 2010 e a arrecadação previdenciária no Piauí era de R\$ 892 milhões. A transferência superavitária totalizava R\$ 2,7 bilhões, ou seja, 9% do PIB estadual.

Os resultados na inclusão social são inquestionáveis. O número de pessoas vivendo em situação de pobreza caiu de 51,1% em 2001 para 24,3% em 2010 e os que viviam em extrema pobreza passaram de 26,0% para 8,6% no mesmo período, segundo dados do IBGE. Foi a mudança mais significativa entre os estados brasileiros.

A melhoria na distribuição de renda como resultado de todas essas políticas pode ser medida pelo índice de Gini: em 2002, o índice no Piauí era 0,621 e em 2012, 0,544 segundo dados do DATASUS. Um avanço rumo a mais igualdade, embora ainda igualdade na pobreza.

O modelo de crescimento com base na transferência de renda e no crédito está chegando a seus limites. Daí a importância de voltar os esforços para o crescimento econômico baseado no investimento e no aumento da produção e produtividade, sem perder de vista, contudo, o compromisso com a distribuição de renda e a participação democrática.

Nesse sentido, os investimentos na área do agronegócio nos cerrados e na área da mineração e da energia eólica têm demonstrado impacto econômico positivo, embora com menor impacto na distribuição da renda. Também os investimentos federais e estaduais na área de infraestrutura tem papel importante no enfrentamento dos desafios da integração econômica. Mas, o compromisso com a articulação entre desenvolvimento e inclusão social não pode ser deixada de lado. Daí, a opção para priorizar nessa proposta ao Banco Mundial o apoio à agricultura familiar, à educação e o atendimento às doenças crônicas como instrumentos fundamentais de promoção da inclusão social. Não menos importante se mostra a necessidade de desenvolver uma gestão de recursos hídricos mais racional rumo a um desenvolvimento mais sustentável. O mesmo significado tem a preocupação com a eficiência na gestão pública e com a transparência e participação, bem como com a igualdade de gêneros.

#### **Agricultura Familiar e a Questão Fundiária**

No Piauí, como no Brasil, a urbanização avança, embora no caso do estado não esteja conduzindo a processos de metropolização. Segundo os dados do Censo 2010, 34,2% da população total do Estado vive na zona rural. Comparando com a média nacional de 15,6%, e mesmo com a média nordestina de 26,9% de população rural, percebemos o quão importante é a questão rural no Piauí.

Desde 2008, o setor agropecuário vem perdendo em participação no PIB de acordo com a Fundação CEPRO (2012). Neste período, a participação do setor na composição do PIB caiu de 10,9% para 4,2% em 2012. No entanto, há que se ressaltar que essa redução é uma tendência registrada em todas as unidades da federação em proporções diferentes para cada caso. Tal redução está relacionada com o agravamento da questão climática e a redução dos preços das commodities pagos no mercado externo. Apesar desta redução, a participação ainda relevante do setor deve-se ao crescimento exponencial da produção de soja e outros grãos na região dos cerrados. A agricultura familiar, entretanto, apesar das desapropriações e distribuição de lotes em assentamentos, continua enfrentando sérios impasses.

#### **Das áreas prioritárias para o Programa Piauí: Inclusão Social e Produtiva**

Com base nos dados supramencionados, foram definidas as áreas prioritárias abaixo:



**Estado do Piauí**  
**Palácio de Karnak**  
**Gabinete do Governador**

**1. Aumento da permanência de estudantes de baixa renda no ensino médio**

As iniciativas do Governo Federal, através da criação do FUNDEF em 1997 e do FUNDEB em 2007, significaram um esforço continuado para a universalização do acesso à educação. Esse processo de universalização está praticamente completado e o Piauí tem se integrado nele de forma significativa a ponto de ter alcançado os seguintes números: 87% das crianças de 4 e 5 anos matriculados no ensino regular; 98% das crianças de 6 a 14 anos e 87% dos jovens de 15 a 17 anos. É necessário, entretanto, combater a evasão escolar e estimular a permanência na escola. Daí a proposta do Programa Poupança Jovem incluída neste Projeto.

O grande desafio é a melhoria da qualidade ofertada nas escolas públicas. A adoção da prática da avaliação externa através do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) tem estimulado o debate da questão e a adoção de iniciativas que promovam a qualidade.

O IDEB das escolas públicas do Piauí tem melhorado a cada edição bienal da prova desde 2005: nos anos iniciais do ensino fundamental o IDEB das escolas públicas do Piauí era 2,6 (do Brasil, 3,6) em 2005 e chegou em 2011 a 4,4 (no Brasil, 4,7); nos anos finais do ensino fundamental era 2,8 (Brasil, 3,2) em 2005 e atingiu em 2013 a média de 4,0 (Brasil, 4,4). O Piauí ocupa a 11ª posição em 15 níveis de nota dos 27 estados nos anos iniciais e a 9ª posição para 18 níveis de nota dos 27 estados. Mesmo no ensino médio, onde o IDEB das escolas públicas do Estado é muito baixo, a evolução foi de 2,3 para 3,0. O IDEB do Piauí era o mais baixo em 2005 e em 2013 passou a ocupar a 12ª posição em 15 níveis de nota dos 27 estados.

O Piauí foi pioneiro na implantação de escolas em tempo integral, embora em 2015 apenas 42 (6,4%) das 655 escolas funcionem oferecendo ensino nesta modalidade.

Apesar dos esforços feitos pelo governo do Piauí, a evasão escolar ainda é alta no estado, sendo que grande parte das pessoas tem menos de 6 anos de escolaridade. Outro problema é que 35,2% dos estudantes entre 15 e 17 anos conciliam trabalho com estudos, nas áreas rurais 21,9% das pessoas entre 14 e 15 anos e 29,7% das pessoas entre 16 e 17 anos estavam empregadas em 2010. Tal cenário dificulta o aprendizado dos estudantes.

Outra questão é o número de estudantes de ensino médio, sendo que entre 2008 e 2012 esse número caiu 14% e o número de estudantes que saíram do ensino médio em 2012 era de 24%, um dos maiores do Brasil. Além disso, a porcentagem de alunos acima da média de idade é 18% acima da média nacional.

Diante de tal realidade, o Governo do Estado, através do PPA 2016-2019, elaborou um conjunto de ações voltadas para reverter tal cenário. As ações estão contidas nos Programas Educação e Desenvolvimento Social Inclusivo e Sustentável e Fortalecimento e Expansão da Educação Profissional. Busca-se com esses Programas ampliar a oferta de vagas em todos os níveis de ensino, bem como melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem no Estado. O mesmo se aplica a área do ensino profissionalizante.

Assim, com o intuito de reduzir a evasão escolar no ensino médio nas áreas mais vulneráveis, o Piauí criou um programa de incentivo para que estudantes de municipalidades carentes completem o ensino médio. O Programa Poupança Jovem, que será desenvolvido no âmbito deste projeto, tem como objetivo reduzir a evasão escolar e a reprovação no ensino médio, incentivar melhores práticas de ensino e estimular a participação de aluno no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A Lei Nº 6.706, de 14 de setembro de 2015, que institui o Programa Poupança Jovem, em seu Art. 4º, estabelece que o Programa será “implementado em caráter piloto nos 04 (quatro) municípios com maiores taxas de extrema pobreza em cada um dos 11 (onze) territórios de desenvolvimento do Estado do Piauí, totalizando, assim, 44



**Estado do Piauí**  
**Palácio de Karnak**  
**Gabinete do Governador**

(quarenta e quatro) municípios". Posteriormente será expandido, até o ano de 2019, obedecendo o mesmo critério que atenta para a realidade da extrema pobreza nos municípios.

**2. Saúde: prevenção, debilidade de serviços e uma opção de focalização:**

Os indicadores de saúde no Piauí tem melhorado: a esperança de vida ao nascer, segundo o PNUD/IDH, passou de 60,9 anos em 1991 para 65,5 anos em 2000 e 71,6 anos em 2010. A mortalidade infantil, por sua vez, caiu de 24,9 por mil nascidos vivos em 2000 para 16,0 por mil nascidos em 2010.

No entanto, as doenças negligenciadas ou doenças da pobreza, caracterizadas por um conjunto de doenças infecciosas e parasitárias consideradas endêmicas e de prevalência em população de baixa renda exigem um enfrentamento mais direcionado, tornando-se assim um desafio importante a ser encarado pelo poder público na área da saúde.

O Estado do Piauí por ser um dos estados mais pobres da federação, concentra importante parcela da população na faixa econômica considerada de maior vulnerabilidade. Em termos de saúde, as doenças infecciosas e parasitárias juntamente com as doenças do aparelho respiratório têm-se alternado nos últimos anos na liderança em maior carga de doença entre os 21 grupos de causas definidos pela classificação internacional de doenças (OMS, 2003).

Entre as doenças negligenciadas presentes na população piauiense, consideram-se como as de maior magnitude: tuberculose, hanseníase, doença de chagas, leishmaniose e diarreia e outras geohelmintíase.

No âmbito do PPA 2016-2019, está previsto a realização do Programa Saúde Pública com Acesso e Qualidade para Todos que tem como objetivos: 1. Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento dos diferentes níveis de atenção e de cuidado (Primária, Secundária e Terciária); 2. Reduzir riscos de agravos à saúde da população, por meio das ações de Prevenção, Promoção e Vigilância em Saúde no âmbito Epidemiológico, Ambiental e Sanitário; 3. Fortalecer o processo de implementação das políticas de assistência farmacêutica, laboratorial, assistência hematológica e hemoterápica no âmbito do SUS/PI; 4. Reestruturar a rede hospitalar estadual por meio da qualificação, humanização e ampliação do acesso à prestação de serviços assistenciais de saúde e do processo de gestão, na perspectiva de implementação da Atenção em Rede (RAS); 5. Fortalecer a intersetorialidade de ações sustentáveis, na interface com outras políticas sociais no âmbito da Educação, Assistência Social, Segurança, Transporte, Meio Ambiente e Saneamento Básico, promovendo e fortalecendo a inclusão de segmentos e grupos prioritários e a promoção da saúde e redução das desigualdades; 6. Modernizar e qualificar o processo de Gestão no âmbito do SUS/PI.

O Plano Estadual de Enfrentamento das Doenças Negligenciadas no Estado do Piauí, que será desenvolvido no âmbito deste Projeto, busca melhorar a eficiência e eficácia no manejo das doenças negligenciadas presentes na população piauiense, potencializando ações efetivas no que concerne ao criterioso enfrentamento de fatores de risco de adoecimento da população, à detecção oportuna e as intervenções pertinentes aos casos humanos. O programa facilitará a distribuição de remédios, bem como promoverá o mapeamento, a vigilância, o monitoramento e a avaliação das doenças. A redução da ocorrência de doenças negligenciadas no Piauí melhorará as condições de vida da população mais carente.

**3. Melhoria da gestão de recursos hídricos**

Com uma configuração ambiental que o diferencia dos demais estados da região, o Piauí se localiza numa área de transição entre a floresta amazônica e a caatinga, marcando o



**Estado do Piauí**  
**Palácio de Karnak**  
**Gabinete do Governador**

território piauiense pela convivência entre diferentes biomas, com a predominância do cerrado e da caatinga.

Com o objetivo de garantir a preservação e o uso sustentável dos nossos recursos naturais, o Governo do Piauí adota as seguintes medidas: a) Regularização de passivos ambientais existentes ao tempo em que contribui para evitar a formação de problemas ambientais futuros através do Cadastro Ambiental Rural (CAR); b) Ocupação ordenada do espaço rural através do Zoneamento Econômico-Ecológico do Piauí-ZEE/PI com apoio do Ministério do Meio Ambiente – MMA; c) Programa de incentivo à gestão ambiental sustentável nos municípios, através da adoção do ICMS Ecológico (Lei Estadual nº 5.813, de 03/12/2008), da capacitação de gestores e da educação ambiental; d) Monitoramento da qualidade das águas. Neste quesito, o Estado firmou Acordo de Cooperação Técnica com a Agência Nacional de Águas, o ACT nº 001/2011 / SEMAR/ANA, para implantação no Piauí do Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas - PNQA.

O uso inadequado e ineficiente dos recursos hídricos tem um impacto negativo significativo na população do Piauí, especialmente das pessoas mais carentes que vivem na região semi-árida e que dependem da agricultura. A SEMAR mantém o registro do número de outorgas para uso da água no estado, tendo já emitido cerca de menos de 1% de outorgas dos 28.391 poços de captação de água existentes no Piauí. Tal cenário leva ao mal uso da água e a uma diminuição da capacidade dos aquíferos da região.

Visando solucionar a questão, o estado do Piauí instituiu Cadastro Estadual de Fontes e Usuários de Recursos Hídricos (CERH) através da Lei 6.474/2013, a qual determina que todos os usuários de recursos hídricos devem ser registrados perante a SEMAR. O CERH possibilitará ao governo do estado uma melhor alocação dos seus recursos hídricos, bem como evitar eventuais conflitos entre os usuários. Assim, o programa ora em questão vai possibilitar ao estado do Piauí melhorar o gerenciamento dos seus recursos hídricos, bem como a sua conservação.

**4. Melhoria do acesso da família e pequenos produtores rurais a serviços públicos associados ao gerenciamento de recursos naturais**

Um dos desafios do estado do Piauí é gerenciar os esforços da SEMAR com os do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) afim de facilitar o acesso de pequenos produtores rurais e produtores de subsistência aos serviços de gerenciamento de recursos naturais, com o intuito de promover a segurança jurídica para o uso da terra e o uso sustentável dos recursos hídricos. Além disso, as instituições financeiras requerem que os pequenos agricultores apresentem certificados do INTERPI e SEMAR previamente a um financiamento.

O Piauí enfrenta uma grande restrição à ocupação ordenada do seu território, devido à falta de regularização fundiária das terras pertencentes ao Estado. Tanto os grandes produtores de grãos dos cerrados quanto os agricultores familiares sofrem esse problema causado pela insegurança jurídica gerada pela ausência de documentação regular das terras, o que dificulta, ou mesmo impede, a expansão da produção, principalmente pela restrição ao crédito, mas também pelos diversos constrangimentos legais sofridos por um produtor que não tem a documentação de sua terra.

Por isso, está sendo proposta como uma das iniciativas desse Projeto a continuidade do Programa de Regularização Fundiária (Lei Estadual nº 6.127, de 21 de novembro de 2011), a qual requer cooperação entre INTERPI e SEMAR. O Decreto 15.502/2014 estabeleceu o processo integrado para requerimentos de regularização fundiária recebidos pelo INTERPI e pela SEMAR.



**Estado do Piauí**  
**Palácio de Karnak**  
**Gabinete do Governador**

Somado a estes desafios, encontram-se as dificuldades institucionais da SEMAR e do INTERPI, que contam atualmente com reduzido quadro de funcionários habilitados para as atividades que proporcionarão o alcance dos objetivos.

**5. Melhoria da produtividade e da sustentabilidade econômica, social e ambiental da agricultura de pequena escala e de subsistência:**

Para enfrentar o problema da baixa renda dos agricultores familiares, o Estado conta com o Programa Estadual de Geração de Emprego e Renda no Meio Rural (PROGERE), criado pelo Decreto Governamental nº 14.626, de 31 de outubro e 2011, de caráter permanente e que na sua nova versão será financiado com recursos orçamentários do Tesouro estadual e outras fontes complementares. Seu foco é a inclusão sócio-produtiva do trabalhador rural, enquanto assegura a sustentabilidade econômica, social e ambiental da agricultura de pequena escala e de subsistência.

O Estado conta atualmente com 2.500 associações comunitárias organizadas, devidamente cadastradas e articuladas com 223 Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável, o que demonstra uma considerável estrutura de capital social rural com amplas possibilidades de exploração para um desenvolvimento mais inclusivo para esta parcela da população.

Visando a exploração das potencialidades oriundas da realidade local, inclusive com desenvolvimento do capital social existente, o PPA 2016-2019 traz no seu bojo o Programa Piauí Produtivo e Sustentável – Agricultura Familiar, que tem como objetivos Promover o Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, por meio do fortalecimento da Agricultura Familiar visando a melhoria da qualidade de vida no campo e a segurança e soberania alimentar e Melhorar a capacidade gerencial e institucional do Sistema de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Estado. Além deste Programa ligado diretamente à melhoria da produtividade e sustentabilidade econômica, social e ambiental, outros programas abarcam o esta perspectiva.

**6. Melhoria do gerenciamento de investimentos públicos**

Tendo em vista a necessidade de melhorar a capacidade estatal de planejar, monitorar e avaliar os programas que estabelece, e a existência de informação limitada a respeito da performance e dos resultados disponíveis para embasar decisões, o governo do Piauí estabeleceu a modernização do gerenciamento e monitoramento de seus recursos financeiros. Tal iniciativa contribuiu para a melhoria da performance de projetos, a qual é monitorada pela Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAN).

O programa ora proposto providenciará meios para que o estado adote um processo padronizado baseado nos resultados de planejamento, monitoramento e avaliação, por meio de uma base legal e uma estrutura de fiscalização necessária à sua implementação. O programa ainda estenderá a cobertura do sistema de planejamento, monitoramento e avaliação para incluir os convênios assinados com o governo federal para implementar programas de investimento e operações com agentes financeiros externos.

**7. Incentivo às políticas que garantam igualdade de gêneros**

A desigualdade de gêneros no Piauí é marcante especialmente no mercado de trabalho, cuja a média salarial da mulher equivalia a 85,4% da média masculina em 2010. A violência contra a mulher também é uma preocupação, sendo que muitos casos não são denunciados (entre 2010 e 2013 verificou-se um aumento dos casos de violência sexual em 32%).



**Estado do Piauí  
Palácio de Karnak  
Gabinete do Governador**

Visando diminuir essa questão, o governo do Piauí estabeleceu o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Femininos (CEDDM/PI), através da Lei Estadual 5.131/2000, e a Coordenação Estadual de Políticas para as Mulheres (CEPM – Lei Estadual 6.465/2013). De todo modo, ainda se faz necessário aumentar o número de programas estratégicos com base em indicadores de gêneros, o que se fará através do programa ora em questão.

**8. Aumento da participação da população e do controle social**

Muitas têm sido as iniciativas de modernização administrativa da gestão pública estadual. O processo, porém, tem encontrado obstáculos, diante da rotatividade, sobretudo de quadros gestores de nível intermediário e do enfrentamento de antigas questões salariais. Mas, a informatização tem ajudado na maior eficiência da gestão.

O maior avanço nos anos recentes foi a adoção de um Sistema de Monitoramento (SIMO) que tem contribuído para acompanhamento do andamento de obras e ações e para o cumprimento de cronogramas estabelecidos. O fortalecimento desse sistema é fundamental, por isso sua inclusão neste Programa.

Em paralelo, é necessário aumentar a capacidade institucional da Ouvidoria do Estado. Com o apoio do presente programa o governo do Piauí regularizou os procedimentos a serem seguidos pela Ouvidoria, bem como instituiu uma rede de agências setoriais que devem prestar suporte para acelerar o procedimento de resposta a reclamações associadas aos serviços de inclusão social e produtiva.

O atual governo retomou, no âmbito do PPA 2016-2019, o sistema de planejamento participativo através dos Territórios de Desenvolvimento (TDs). Para tanto, foram realizadas oficinas para a elaboração do PPA 2016-2019 em todos os 11 TDs. A participação da sociedade nos Conselhos Territoriais tem avançado. Essa é uma área que precisa ser valorizada através da divulgação de informações e do atendimento das demandas dos cidadãos.

**Pedido de apoio financeiro**

Acreditamos que as políticas públicas descritas nesta carta contribuem de forma articulada e sustentável para promover o desenvolvimento econômico com inclusão social no Estado. Dessa forma o Governo do Piauí manifesta firme disposição de consolidar a parceria com o Banco Mundial por meio do apoio financeiro a ser efetivado através do Programa *Piauí: Inclusão Social e Produtiva*.

Destacamos ainda que a parceria com o Banco vai além do aspecto estritamente financeiro, uma vez que o processo de negociação e execução da operação representa uma verdadeira consultoria sobre os temas tratados.

Atenciosamente,



JOSE WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS  
Governador do Estado